Demonstrações Financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

30 de junho de 2025 com Relatório do Auditor Independente

Relatório de Administração JUNHO de 2025



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de junho de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

O primeiro semestre de 2025 apresentou desafios relevantes em diversas frentes. No âmbito regulatório, destacaram-se as adaptações às exigências da Resolução nº 4.966. No cenário econômico, os juros reais permaneceram em patamares historicamente elevados, enquanto o ambiente de crédito foi marcado por um aumento expressivo nos pedidos de recuperação judicial.

Diante desse contexto, o Banco adotou uma postura conservadora na concessão de novos créditos e na recomposição de sua carteira, o que se refletiu na estabilidade observada ao longo do período. Para o segundo semestre, a expectativa é de avanço seletivo na carteira de crédito, com foco em operações que apresentem uma relação risco-retorno compatível com o cenário ainda desafiador.

A atividade de tesouraria manteve seu direcionamento estratégico voltado ao suporte das necessidades dos clientes, reforçando o compromisso com a solidez e a eficiência operacional. Encerramos o primeiro semestre com um resultado negativo de R\$ 4,89 milhões, cuja reversão é esperada ao longo do segundo semestre, à medida que as iniciativas em curso comecem a refletir positivamente nos resultados.

Índice de Basiléia

O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2025, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 21,70%.

Gerenciamento de Riscos

A Área de Riscos no Banco Caixa Geral – Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. Esta área conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização da atividade do Banco. Os processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Banco Caixa Geral – Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Resolução BCB nº. 54 e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 9° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ausência de valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Hen ique Furtado Maduro Contador CRC 1SP-291892/O

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo Disponibilidades	4	7.541
Instrumentos financeiros		1.711.584
Ao custo amortizado		1.082.726
Aplicações interfinanceiros de liquidez	5	131.984
Títulos e valores mobiliários	6.b	52.041
Operações de crédito	9.a	960.422
Provisão para perda associada ao risco de crédito	9.a	(61.721)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		574.811
Títulos e valores mobiliários	6.b	574.811
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		54.047
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	30.706
Títulos e valores mobiliários	6.b	23.341
Outure Alices		44.005
Outros Ativos	44 -	44.035
Ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	20.506
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	44 -	(0.004)
mantidos para venda	11.a	(6.001)
Diversos	11.b	29.530
Ativos fiscais correntes e diferidos	17.b	94.342
Investimento em participação em controlada	12.a	25.453
Imobilizado e intangível		3.700
Imobilizações		8.088
Depreciação		(4.388)
T		4 000 055
Total do ativo		1.886.655

	Nota	2025
Passivo e patrimônio líquido		
Ao Custo amortizado		1.562.939
Depósitos	13.a	766,525
Captações no mercado aberto	13.b	14.431
Recursos de aceites e emissões de títulos	13.c	149.319
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	621.545
Provisão para perda associada ao risco de crédito	9	11.119
Ao valor justo por meio de resultado		3.777
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	3.777
Outros Passivos		18.708
Sociais e estatutárias	15.a	171
Fiscais e previdenciárias	15.a	5.410
Diversas	15.b	13.127
Obrigações fiscais correntes e diferidas	17.c	2.865
Total do Passivo		1.588.289
Patrimônio líquido		298.366
Capital social		323.728
De domiciliados no exterior	18.a	323.728
Outros resultados abrangentes		(6.479)
Prejuízos acumulados		(18.883)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		1.886.655
Total do passivo e Fatilitionio Liquido		1.000.000

Demonstração do resultado Semestre findo em 30 de junho de 2025. (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2025
Receitas da intermediação financeira	_	215.793
Operações de crédito	9.f	(15.900)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.e	79.647
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	136.434
Operações em moeda estrangeira	10.c	15.612
Despesas da intermediação financeira	_	(203.918)
Operações de captações no mercado	10.a	(66.109)
Operações de empréstimos e repasses	10.b	(127.086)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(10.723)
Resultado bruto da intermediação financeira		11.875
Outras (despesas) receitas operacionais		(21.579)
Receitas de prestação de serviços	21	1.583
Resultado de participação em controlada	13.b	1.070
Despesas de pessoal	25.c	(12.093)
Outras despesas administrativas	22	(9.143)
Despesas tributárias	23	(1.660)
Outras despesas operacionais, líquidas	24.a e 24.b	(1.336)
Resultado operacional	-	(9.704)
Resultado não operacional		23
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-	(9.681)
Imposto de renda e contribuição social	17.a	4.791
Diferido		4.791
Prejuízo líquido do semestre	- -	(4.890)
	=	
Quantidade de ações	-	869.321
Prejuízo por ação básico/diluído no final do semestre(R\$)	=	5,62

Demonstração do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho de 2025. (em milhares de reais)

	2025 Semestre
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(4.890)
Outros resultados abrangentes ao valor justo Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado, líquido dos	331
impostos	331
Resultado abrangente total	4.559

Demonstração das mutações do patrimônio líquido--Continuação Semeste findo em 30 de junho de 2025. (Em milhares de reais)

		Reserva	de Lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva Especial	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	323.728	-	-	(6.810)	(12.904)	304.014
Ajuste adoção inicial Res CMN. 4.966/21 (nota 26)	-	-	-	-	(1.089)	(1.089)
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2025	323.728	-	-	(6.810)	(13.993)	302.925
Ativos financeiros Valor justo por meio de resultado abrangente (VJORA)	-	-	-	331	-	331
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	<u>-</u>	(4.890)	(4.890)
Saldos em 30 de junho de 2025	323.728	-	-	(6.479)	(18.883)	298.366

Demonstração dos fluxos de caixa Semeste findo em 30 de junho de 2025. (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre		48.424
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		(4.890)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		53.314
Depreciações e amortizações	21	282
Perda ou (ganho) na venda de imobilizado		2.605
Resultado de participação em controlada	11.b	(1.070)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.b	(390)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.836
Constituição para impostos e contribuições diferidos		1.969
Provisão (reversão) para outras provisões	24 h	39
Provisão (reversão) para contingências fiscais	24.b	(18)
Reversão (constituição) de créditos tributários Ajuste de Valor de Mercado - TVM		1.750 41.311
·		
Variações dos ativos e obrigações (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(273.684)
(ativos/passivos)		(30.706)
(Aumento)/redução em operações de crédito		(75.597)
(Aumento)/redução em outros ativos		(12.420)
Aumento/(redução)em depósitos		17.885
Aumento/(redução) em captação no mercado aberto		(61.242)
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(30.277)
Aumento/(redução) em outras obrigações		(3.226)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(98.227)
Imposto pago		20.126
Fluxo de caixa aplicados das atividades operacionais		(225.260)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado de uso		(4.885)
Fluxos de caixas aplicados nas atividades de investimentos		(4.885)
Juros sobre o capital próprio	18.b	1.900
Fluxos de caixas aplicados nas atividades de financiamentos		1.900
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(228.245)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		367.770
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	139.525
Sama S Squiraionico do Sama no inili do Comocito	т	100.020
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(228.245)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN

As demonstrações foram apresentadas em conformidade com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

As principais alterações implementadas foram que as contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade;

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 4.924/21 Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 4.910/21 Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 4.818/20- Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 4.818/20 Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.924/21 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.924/21 Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.924/21 Mensuração do valor justo;
- Resolução nº 4.877/20 Benefícios a empregados;
- Resolução nº 4.966/21 Instrumentos Financeiros; e
- Resolução nº 4.975/21 Arrendamento Mercantil.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução CMN 4.966/21 e na Resolução BCB 352/23

O Bacen emitiu as Resoluções CMN n° 4.966/21, 5.019/22 e 352/23 que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 1° de janeiro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

A Resolução CMN n° 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS). A resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB n° 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (hedge) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A resolução determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 08 de setembro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) <u>Instrumentos financeiros</u>

De acordo com a Resolução CMN 4.966/21, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Custo Amortizado o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais
- (ii) Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas, o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

(iii) Valor Justo no Resultado (VJR) - os demais ativos

O Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- d) Títulos e valores mobiliários--Continuação
 - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
 - Nível 2: *input*s, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) <u>Instrumentos financeiros d</u>erivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Instrução Normativa 276/22, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o
 preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência
 dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros: títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito; garantias financeiras prestadas.

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados de acordo com as respectivas garantias atreladas e os períodos de atraso das operações. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Banco deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

 f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito-Continuação

Carteir	
а	Garantia
C1	Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
C2	Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20 do CMN.
C3	Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos nas carteiras C1 e C2.
C4	Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
C5	Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido na carteira C4, crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteira C1 à C4.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Ativos Financeiros não Problemáticos: referem-se aos ativos financeiros não caracterizados como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito.

O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II da Resolução BCB nº 352/23, apurados pela área de Risco de Crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito-Continuação

Ativos Financeiros Problemáticos não inadimplidos: referem-se aos ativos financeiros caracterizados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito decorrentes de outros motivos que não seja por atraso (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no item II do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23.

Ativos Financeiros Inadimplidos: referem-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal ou juros, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

No BCG-Brasil o conceito de operações reestruturadas é aplicável para os seguintes cenários:

- (i) Operações reestruturadas em que há perda econômica superior a 1%;
- (ii) Operação reestruturada por dificuldades financeiras com atraso superior a 30 dias, que estava classificada em NPE antes da entrada em período probatório;
- (iii) Reincidência de reestruturação por dificuldades financeiras, durante o período probatório de RDF, que estava classificada em NPE antes da entrada em período probatório;
- (iv) Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras a uma operação classificada em incumprimento.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, o BCG-Brasil observa a prática de interrupção da apropriação de receitas de juros e de atualização monetária ("stop accrual") sobre operações de crédito classificadas como problemáticas.

Nos termos da regulamentação vigente, a apropriação de receitas é suspensa sempre que as operações apresentarem atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou encargos, de forma a assegurar que não sejam reconhecidas no resultado receitas cuja realização seja incerta. Os valores correspondentes permanecem registrados em contas de compensação, sendo apropriados ao resultado apenas após a efetiva liquidação das parcelas em atraso. Desta forma, o BCG-Brasil mantém suas práticas contábeis em conformidade com os critérios prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, assegurando a fidedignidade e a prudência na apuração de seus resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--Continuação

Os critérios de cura dos ativos com problema de recuperação estão descritos na Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito (PARC) do BCG-Brasil e associam diferentes períodos de quarentena aos diversos critérios de incumprimento que causaram a marcação de uma operação como ativo com problema de recuperação de crédito. Em linhas a gerais, assim que sanado o incumprimento, marcações por atrasos superiores a 90 dias possuem critério de quarentena de 3 meses. Operações reestruturadas com perda econômica para o BCG-Brasil possuem período de quarentena de 12 meses. Por fim, restantes condições possuem uma quarentena de 3 meses.

Tipo de Ativos	Saldo em NPE 30/06/2025	Saldo de Expectativa de Recuperação 30/06/2025
Títulos e créditos a receber	71.285	44.213
Adiantamento sobre contratos de câmbio -		
ACC	12.212	-
Financiamento à exportação	8.778	4.389
total	92.275	48.602

Para os títulos e valores mobiliários, garantias financeiras prestadas, o Banco utiliza metodologia interna para apurar a provisão de perdas esperadas para esses ativos.

g) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

h) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

para perdas ou ajustes a valor de mercado.

i) Permanente

a) Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

b) Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

i) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se às demandas administrativas ou
 judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns
 tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas
 demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de
 acordo com a legislação vigente.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

I) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

m) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/20.

o) Teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros)

Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

p) TJE (taxa de juros efetiva)

O Banco, conforme faculdade prevista no § 3º do art. 73 da Res. 352/23 adota a metodologia diferenciada reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais, conforme o disposto no art. 13, § 2º, da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro 2021, e no art. 13, § 2º, desta Resolução. Já para o passivo conforme determinado por lei é adotada a metodologia completa.

q) Efeitos adoção inicial

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do Banco está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025 e está apresentada na nota 26.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades em moeda nacional	77
Disponibilidades moeda estrangeira	7.464
Aplicações em operações compromissadas	98.900
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.084
Total	139.525

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$98.900 apresentam taxas médias ao ano de 12,85%.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	20	2025		
	Até 3			
	meses	Total		
Custo Amortizado Aplicações em depósitos interfinanceiros ^(a) Aplicações em operações compromissadas Total	33.084 98.900 131.984	33.084 98.900 131.984		
	Circulante	131.984		

⁽a) Aplicações em depositos interfinanceiros com vencimento em D+1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2025, por tipo de carteira:

	Custo Amortizado	Valor Justo	Perda Esperada	Valor Líquido
Carteira Livre			•	•
Letras do Tesouro Nacional - LTN	254.200	(3.927)	-	250.273
Notas do tesouro Nacional - NTN	167.725	(3.720)	-	164.005
Fundo de Investimento - FIDC	111	· -	-	111
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	7.059	-	(60)	6.999
Certificado de Recebíveis Agronegócio - CRA	18.744	-	(127)	18.617
Certificado de Recebíveis - CR	1.940	-	(37)	1.903
Debêntures	78.906	-	(68.460)	10.446
Total de Carteira Própria	528.685	(7.647)	(68.684)	452.354
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u> Debêntures	13.834	-	-	13.834
Total de vinculados a compromisso de recompra	13.834	-	-	13.834
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.210	(957)	-	50.253
Notas do tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	113.450	(3.170)	-	110.280
Fundo de Investimento - FILCB	23.230	-	-	23.230
Total de vinculados a prestação de garantias	187.890	(4.127)	-	183.763
- 44 14 26 14 44 44 44 44 44 44 44 44 44 44 44 44	700 400	(00.040)	(0.40)	040.054
Total de títulos e valores mobiliários	730.409	(80.216)	(242)	649.951

^(*) Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 183.762 estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2025

	1º semestre/2025			
•	Saldo		Valor da	
	Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	perda esperada	Valor Líguido
Valor Custo Amortizado (CA) Títulos Privados			•	•
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA				
De 1 a 3 anos Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	18.744	-	(127)	18.617
De 1 a 3 anos Certificado de Recebíveis - CR	7.059	-	(60)	6.999
De 3 a 6 meses Debentures	1.940	-	(37)	1.903
De 1 a 3 anos Acima de 3 anos	24.298 68.442	-	(18) (68.442)	24.280
_				
Total de títulos Privados para Valor Custo Amortizado (CA)	120.483		(68.684)	51.799
Valor Justo no Resultado (VJR) Cotas de Fundos de Investimento				
Sem vencimento	23.341	-	-	23.341
Total de títulos Privados para Valor Justo no Resultado (VJR)	23.341	-	-	23.341
Letras do Tesouro Nacional - LTN		4		
De 6 a 12 meses	122.672	(2.232)	-	120.440
De 1 a 3 anos	180.725	(2.713)	-	178.012
Acima de 3 anos	2.013	61	-	2.074
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*) De 1 a 3 anos	218.417	(5.854)	_	212.563
Acima de 3 anos	62.758	(1.036)	- -	61.722
Total de títulos públicos para Valor	0200	(1.000)		V
Justo no Resultado (VJORA)	586.585	(11.774)	<u>-</u>	574.811
_				
Total de títulos para Valor Justo	730.409	(11.774)	(68.684)	649.951

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

a) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2025, os títulos públicos, no montante de R\$ 586.585, estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, as cotas de fundos de investimentos no montante de R\$ 23.341 estão custodiados juntos ao administrador do fundo. Já os títulos privados no valor de R\$ 120.483 são custodiados na CETIP.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados em VJORA o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os títulos públicos resultaram em ajuste positivo no montante de R\$ 8.503. O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ 4.677, líquido dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 30 de junho de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Junho de 2025	Nível 1
Valor Justo no Resultado Abrangente (VJORA)	586.585
LTN	305.411
NTN-B	210.411
NTN-F	70.763
Valor Justo no Resultado (VJR)	23.341
FIDC	23.341
Total	609.926

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

e) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (CA, VJORA e VJR)

Resultado pertinente a atualização do PU

	Ganhos	Perdas	Líquido
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos de renda fixa	25.128 28.924	(3.875)	25.128 25.049
Total Custo Amortizado	54.052	(3.875)	50.177
Títulos Públicos	28.159	(121)	28.038
Total VJORA	28.159	(121)	28.038
Fundo de investimento	1.463	(31)	1.463
Total VJR	1.463	(31)	1.463
Total Geral	83.674	(4.027)	79.647

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com derivativos que estão classificados na carteira VJR, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Sendo eles swap, ndf, opções, futuros.

A partir da Resolução CMN 4.966/21 também registramos como derivativos os contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura, e o ajuste a mercado também registramos contra resultado.

Em 30 de junho de 2025, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	1º semestre/2025			
		Ganhos/(perdas)	Valor de	
	Valor de curva	não realizados	Mercado	
Curan diferencial a reacher	29.703	050	20 564	
Swap - diferencial a receber	(1.362)	858 278	30.561 (1.084)	
Swap - diferencial a pagar	28.341	1.136	29.477	
Total Swap	20.341	1.130	29.477	
NDF - a receber	93	43	135	
NDF - a pagar	(2.401)	(241)	(2.642)	
Total NDF	(2.308)	(198)	(2.506)	
		\		
Contratos de Câmbio - Compra de Moeda	-	9	9	
Total de Compra de Moeda Estrangeira	-	9	9	
OPÇÕES - a pagar	(695)	644	(51)	
Total opções	(695)	644	(51)	
Total	25.338	1,591	26.929	
Total Instrumento Financeiro Derivativos - VJR	25.338	1.591	26.929	
Circulante - ativo			4.237	
Não circulante - ativo			26.469	
Circulante - passivo			3.579	
Não circulante - passivo			198	
rido officialito passivo			.50	

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "Swap", "Non-Deliverable Forward - NDF" e Futuros, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2025					
	Até 1 mês	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" posição ativa	1.200	2.400	17.000	8.213	242.860	271.673
"Swap" posição passiva	1.491	16.853	-	-	15.000	33.344
NDF posição ativa	7.441	-	2.587	-	-	10.028
NDF posição passiva	21.212	14.331	7.495	-	-	43.038
Futuros posição comprada	84.538	393.597	200.559	86.133	191.016	955.843
Futuros posição vendida	96.577	102.774	248.274	101.418	7.892	556.935
Opções posição vendida	-	13.275	-	-	-	13.275
Contratos de Câmbio posição comprada	34.560	-	-	-	-	34.560
Total	247.019	543.230	475.915	195.764	456.768	1.918.696

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição por indexador

	2025		
	Valor a	Valor a	Valor de
	receber	Pagar	referência
Operações de "swap"			
Posição ativa	30.561	-	271.673
CDI x PRÉ	30.561	=	271.673
Posição passiva	-	(1.084)	33.345
IPCA x CDI	-	(886)	18.345
DOLAR VENDA X CDI	-	(198)	15.000
Total de operações de "swap"	30.561	(1.084)	305.018
Operações de NDF	400		40.000
Posição ativa	136	-	10.028
Dólar venda	136	- (0.040)	10.028
Posição passiva	-	(2.642)	43.038
Dólar venda	-	- (0.040)	-
Total de operações de NDF	136	(2.642)	53.066
Operações de futuros			
Posição comprada (*)	4.502	_	955.842
DDI	3.504	-	571.520
DI1	28	-	57.569
DOL	881	-	326.753
EUR	89	-	-
Posição vendida (*)	-	(9.846)	556.935
DDI	=	(6.250)	284.060
DI1	-	(43)	131.272
DOL	-	(3.528)	117.403
EUR	-	` (25)	24.200
Total de operações de futuros	4.502	(9.846)	1.512.777
<u>Opções</u>			
Posição comprada (*)	-	-	
Posição vendida (*)	_	(51)	13.275
Dólar venda	<u>-</u>	(51)	13.275
Total de Opções		(51)	13.275
Total de Opções		(31)	10.210
<u>Câmbio</u>			
Posição comprada (*)	9	-	34.560
Euro venda	9	-	-
Posição vendida (*)	-	-	34.560
Euro venda	=	=	34.560
Total Câmbio	-	-	34.560
•			
Total	35.208	(13.623)	1.918.696
· 	33.200	(10.020)	

^(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado Balcão	2025
Operações de "swap"	5.600	299.418	305.018
Operações de NDF	-	53.066	53.066
Opções	13.275	-	13.275
Futuros	1.512.777	-	1.512.777
Contratos de câmbio	34.560	-	34.560
Total	1.566.212	352.484	1.918.696

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados do semestre findo em 30 de junho de 2025. O resultado líquido é composto pelo resultado dos derivativos ofertados para clientes acrescido do resultado dos *hedges* de risco de mercado, também realizados com derivativos, para estas posições.

	1º Semestre 2025			
	Ganho	Perda	Líquido	
"Swap"	109.128	(50.665)	58.463	
NDF	7.247	(16.612)	(9.365)	
Opções	1.402	-	1.402	
Futuros	489.703	(583.758)	(94.055)	
Contratos de cambio	206.265	(26.276)	179.989	
Total	813.745	(677.311)	136.434	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2025 tem a seguinte composição:

	2025
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.253
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	110.279
Fundo de Investimento - FILCB	23.230
Total	183.762

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge accounting"

Em 30 de junho de 2025, a estrutura de "hedge accounting" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 622.625 e vencimentos que variam de julho de 2025 a janeiro de 2027, e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 30 de junho de 2025, é de R\$ 253.617 e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 328.

O valor dos empréstimos no exterior, em 30 de junho de 2025, é de R\$ 279.848 e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 905.

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2025 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

Além disso, o BCG-Brasil dispõe de um **Quadro de Apetência a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS)**, que representa um dos principais instrumentos de governança da Instituição. O RAS estabelece, de forma estruturada, os níveis de risco que o Banco está disposto a aceitar em sua atuação, traduzindo a estratégia corporativa em parâmetros objetivos de acompanhamento. Esse documento consolida um conjunto abrangente de métricas definidas para refletir os limites de tolerância e orientar a alocação eficiente do capital.

A gestão do RAS é conduzida pela área de Riscos (FGR-Local), em alinhamento com as diretrizes da Diretoria Executiva e sob a supervisão do Conselho de Administração, com suporte da DGR, órgão de estrutura de riscos da sede, CGD, que acompanha periodicamente a sua aderência às práticas prudenciais. Essa estrutura reforça a disciplina e a transparência na condução das atividades, conferindo maior solidez e previsibilidade à gestão do capital e assegurando a adequada compatibilização entre apetite a risco, estratégia de negócios e sustentabilidade da Instituição.

A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção, no sentido de preservar o alinhamento estratégico da entidade.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

I) Risco de mercado--Continuação

Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 pontos-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco.

Em 30 de junho de 2025, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 4,57 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

II) Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, 4.745/19 e 4.945/21, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

O risco de crédito é mensurado a partir da avaliação da perda esperada (Expected Credit Loss - ECL), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e o CPC 48/IFRS 9, considerando parâmetros de probabilidade de default (PD), perda dado o default (LGD) e exposição no momento do default (EAD).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

II) Risco de crédito--Continuação

Em relação ao risco de crédito e sua concentração:

Em 30 junho de 2025, a exposição total do BCG-Brasil a risco de crédito, principal fator de risco ao qual a entidade está exposta, considerada a carteira prudencial, correspondia a R\$ 1.122,01 milhões.

- Operações de crédito a clientes: R\$ 1.069,19 milhões;
- Títulos privados: R\$ 52,82 milhões;
- Derivativos: R\$ 27.214 milhões (MTM);
- Outros instrumentos financeiros: R\$ 0,01 milhões (FDIC).

Em 30 junho de 2025, em relação ao risco de concentração originário do portfólio de crédito, as concentrações são avaliadas de acordo com:

- Setor econômico: análise da distribuição da carteira por ramos de atividade.
- Região geográfica: exposição por localização dos tomadores.
- Contraparte individual ou grupo econômico: identificação de clientes ou grupos que concentram parcelas relevantes da carteira, conforme limites regulatórios (exposição acima de 10% do PR).
- Natureza dos instrumentos financeiros: operações de crédito, títulos privados, derivativos e garantias prestadas.

Em 30 junho de 2025, a exposição por concentração de risco de crédito em termos setoriais e regionais era a seguinte:

Por setor econômico:

- Agronegócio: R\$ 497,5 milhões

- Construção e Engenharia: R\$ 83,9 milhões

- Automotivo: R\$ 80,5 milhões- Outros: R\$ 460,0 milhões

Por região geográfica:

- Sudeste: R\$ 501,4 milhões

- Sul: R\$ 455,6 milhões

- Norte/Nordeste/Centro-Oeste: R\$ 165 milhões

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

III) Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

Para fins de controles de perdas financeiras, em junho de 2025, o banco constava com um volume de perdas imaterial em relação ao seu produto bancário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

IV) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

No BCG-Brasil, o risco de liquidez é avaliado através de um arcabouço de práticas que incluem a avaliação de caixa mínimo e fluxo de caixa futuro para o horizonte de 90, gaps de liquidez em diferentes horizontes temporais, teste de stress de liquidez, rácios de transformação, rácios de oneração, volume de colateral disponível e indicadores regulatórios como o LCR (Liquidity Coverage Ratio) e o NSFR (Net Stable Funding Ratio).

Dentre os indicadores de risco de liquidez, para 30 de junho de 2025, destacam-se o LCR em 148% e o NSFR em 140%, ambos refletindo posições confortáveis em termos da liquidez do BCG-Brasil.

Em termos da concentração por tipo de contraparte, para 30 de junho de 2025, o BCG-Brasil possui a seguinte diversificação de funding estrutural:

• Instituições bancárias e de desenvolvimento: 27,01%

Intermediários: 38,44%

• Empresas:18,30%

Pessoas Fisicas:14,26%Recursos Próprios:1,99%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

V) Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRSAC") em vigor no BCG-Brasil traça os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que o BCG-Brasil considera para a realização da atividade bancária. Tal política está em conformidade com a Resolução CMN 4.945/21.

O BCG-Brasil mantém políticas e práticas voltadas para o adequado gerenciamento do risco socioambiental e climático, em conformidade com as diretrizes regulatórias e de sustentabilidade aplicáveis.

No âmbito do risco climático, a Instituição utiliza a ferramenta Think Hazard como instrumento de monitoramento e análise da concentração de exposições a eventos adversos relacionados às mudanças climáticas, permitindo a identificação de vulnerabilidades e a mitigação de potenciais impactos sobre suas operações e carteiras de crédito.

Em complemento, com o apoio do Departamento de Compliance, são realizadas avaliações sistemáticas das vertentes de risco social e ambiental, de modo a assegurar que as práticas da Instituição estejam alinhadas às melhores condutas de responsabilidade corporativa. Essas avaliações seguem em consonância com os critérios definidos para o reporte do Documento de Risco Socioambiental e Climático (DRSAC) ao Banco Central do Brasil, garantindo a observância às obrigações normativas e a transparência nas informações prestadas.

Assim, o BCG-Brasil reforça seu compromisso com a sustentabilidade, com a mitigação de riscos socioambientais e climáticos e com a conformidade regulatória, contribuindo para a resiliência e perenidade de suas operações.

Em termos dos principais indicadores socioambientais, o banco possuía em junho de 2025 os seguintes números:

- Concentração da Carteira de Crédito a Risco Socioambiental Acrescido em volume financeiro: 2.43%
- Concentração da Carteira de Crédito a Empresas com Socioambiental Acrescido % de contrapartes: 0,78%
- Concentração da carteira de Crédito em regiões de risco alto e muito alto: 0,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

VI) Gestão de Capital

O BCG-Brasil adota práticas de gestão de capital compatíveis com a natureza de suas operações e em conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis.

A Instituição realiza o monitoramento mensal das parcelas de capital regulatório, com ênfase na parcela referente ao risco de crédito, que representa a principal exposição de sua carteira. Adicionalmente, é efetuado o acompanhamento da parcela relativa ao risco de mercado, decorrente, sobretudo, das atividades de tesouraria.

No tocante ao risco operacional, o BCG-Brasil adota a abordagem simplificada prevista na regulamentação vigente, assegurando o adequado dimensionamento do capital necessário para cobertura desse risco. O monitoramento tempestivo e detalhado das parcelas de capital permite que a Instituição otimize sua estrutura de capital por meio da mitigação de riscos e da compreensão das operações e posições que geram os maiores consumos de capital.

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Esse processo é liderado pela área de Riscos, denominada FGR-Local, enquanto à área de Controladoria cabe o acompanhamento do orçamento.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento às Resoluções CMN Nºs 4.557/17 e 4.745/19 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do endereço: www.bcgbrasil.com.br, não compondo, entretanto, estas demonstrações financeiras.

Em junho de 2025, o índice de Basileia do BCG-Brasil foi de 22,13%, demonstrando a solidez da sua posição de capital em relação aos requerimentos regulatórios. Dessa forma, o BCG-Brasil mantém controles sistemáticos de avaliação e monitoramento, garantindo a robustez de sua estrutura de capital, a aderência às exigências normativas e a preservação de sua capacidade de continuidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

9. Operações de crédito

As informações da carteira de crédito, em 30 junho de 2025, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	Junho/25	Junho/25
	Carteira	Provisão
Capital de giro	20.506	314
Financiamento à exportação	37.665	4.912
Total de operações de crédito	58.171	5.226
Nota Comercial - NC	346.305	6.017
Cédula de Produto Rural - CPR	144.168	4.767
Confissão de dívida	32.546	10.870
Acordo Judicial	10.140	6.256
Outros	29.891	11.238
Adiantamento sobre contrato de câmbio	339.201	17.347
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	902.251	56.495
Total de operações de crédito e outros créditos	-	
com característica de concessão de crédito	960.422	61.721
Circulante	523.168	
Não Circulante	437.254	

b) <u>Provisões</u>

	Junho/25 Provisão	_
Provisão para Operações de Crédito	(5.226)	
(-) Perda incorrida Associada ao Risco de Crédito	-	
(-) Provisão Adicional	(4.273)	
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(953)	
Provisão para Outros Créditos	(56.495)	
(-) Perda incorrida Associada ao Risco de Crédito	(917)	
(-) Provisão Adicional	(40.714)	
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(14.864)	
Total de Provisões Para Perdas	(61.721)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

9. Operações de crédito--Continuação

c) Composição da carteira por setor de atividade

	2025
Setor Privado:	
Indústria	364.985
Comércio	294.983
Rural	76.047
Outros	224.407
Total	960.422

d) Composição da carteira por vencimento

				2025			
	_	A vencer					_
	Vencido	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total
Capital de giro	-	842	-	-	-	19.664	20.506
Financiamento à exportação	-	-	-	8.523	10.528	18.614	37.665
Confissão de dívida	-	-	-	-	-	32.546	32.546
Acordo Judicial	10.140	-	-	-	-	-	10.140
Outros	29.891	-	-	-	-	-	29.891
Adiantamento sobre Contrato de							
Câmbio - ACC	-	8.138	73.578	40.711	143.553	73.221	339.201
Nota Comercial - NC	-	-	22.483	39.494	94.630	189.698	346.305
Certificado de Produto Rural - CPR	-	-	-	14.881	25.619	103.668	144.168
Total	40.031	8.980	96.061	103.609	274.330	437.411	960.422

e) Composição da carteira por classificação

	Vencidos	Curso	Provisão	Perda	Provisão	Perda
	(*)	Normal	Perdas	Esperada	Adicional	Incorrida
Capital de giro	-	20.506	314	286	28	-
Financiamento à exportação	-	37.665	4.912	667	4.245	-
Nota Comercial - NC	-	346.305	6.017	5.688	329	-
Cédula de Produto Rural - CPR	-	144.168	4.767	2.377	2.390	-
Confissão de dívida	-	32.546	10.870	456	10.414	-
Acordo Judicial	10.140	-	6.256	168	5.171	917
Outros Adiantamento sobre contrato de câmbio	29.891 -	- 339.201	11.238 17.347	418 5.758	10.820 11.589	-
Total	40.031	920.391	61.721	15.818	44.986	917

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

9. Operações de crédito--Continuação

f) Movimentação provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2025</u> Junho
Saldo 31/12/24 <i>Ajuste (Res. 4.966)</i>	(52.905) (1.980)
Saldo 01/01/25 Provisão constituída Reversão de provisão Saldo ao final	(54.885) (18.572) 11.736 61.721
Circulante Não circulante	30.728 30.993

g) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foi renegociada 1 operação de crédito, que está na carteira C3, o saldo desta operação em 30 de junho de 2025 é de R\$ 5.840.

10. Outras despesas/receitas operacionais

a) Despesas de Captações no mercado

	2025
Depósitos Interfinanceiros	(1.631)
Depósitos a prazo	(49.121)
Operações compromissadas	(2.356)
Letras de crédito de agronegócio (LCA)	(12.045)
Letras Financeiras (LF)	(380)
Fundo Garantidor (FGC)	(576)
Total	(66.109)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

10. Outras despesas/receitas operacionais--Continuação

b) <u>Despesas de Empréstimos e Repasses</u>

	2025
Captações no exterior - juros	(14.039)
Captações no exterior - variação de taxa	(112.986)
Hedge	(61)
Total	(127.086)

c) Receitas (despesas) de operações em moeda estrangeira

	2025
Ordens de pagamento	200
Disponibilidades	14.689
Hedge de Captações	966
Aplicações Interfinanceiras	(243)
Total	15.612

11. Outros ativos

a) Ativos não financeiros mantidos para a venda

		2025	
lmóvel - Localização	Principal	Provisão	Líquido
Cascavel - CE	7.413	(3.098)	4.315
Aquiraz - CE	13.093	(2.903)	10.190
Total	20.506	(6.001)	14.505
Não circulante	20.506	(6.001)	14.505

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento em 2019.

Anualmente solicitamos o laudo de avaliação do bem, para que possamos realizar o ajuste da provisão, se necessário, o último laudo foi emitido em outubro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

11. Outros ativos--Continuação

b) <u>Diversos</u>

	2025
Impostos e contribuições a compensar	7.124
Pagamentos a ressarcir	6
Adiantamentos e antecipações salariais	693
Rendas a receber *	19.235
Despesas antecipadas	61
Outros	2.411
Total	29.530
Circulante Não Circulante	13.705 15.825

^(*) Comissão a receber

12. Investimentos

a) Participação em controlada

Dados da controlada	2025 CGD Investimentos
Capital social Patrimônio líquido	12.595 25.453
Lucro líquido no semestre Participação societária	1.070 100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial Total do investimento	25.453 25.453
Resultado de equivalência patrimonial no semestre	1.070

b) Movimentação dos investimentos

	2025 Semestre CGD Investimentos
Saldo ao início dos semestres	26.284
Resultado da participação em controlada	1.070
Dividendos recebidos	(1.900)
Saldos ao final dos semestres	25.454
Não circulante	25.454

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros - passivo ao custo amortizado

a) <u>Depósitos</u>

	2025
Depósitos à vista	4.332
Depósitos a prazo	736.857
De 1 a 90 dias	106.919
De 91 até 360 dias	294.490
A vencer após 360 dias	335.448
Depósitos interfinanceiros	25.336
De 1 a 90 dias	4.863
De 91 a 360 dias	20.473
Total de depósitos	766.525
Circulante	431.077
Não circulante	335.448

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 597.864, apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90,50% a 115,50% Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 164.329, apresentam taxas ao ano que variam de 10,60% a 16,41%.

b) Captações no mercado aberto

<u>-</u>	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria: Debêntures	14.281	108	42	14.431
Total de captações no mercado aberto	14.281	108	42	14.431
Circulante Não Circulante	14.389 42			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros - passivo--Continuação

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

As letras de crédito do agronegócio com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 116.188 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 93% a 103,50%. As letras de crédito do agronegócio com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 27.306, apresentam taxas ao ano que variam de 9,25% a 15,07%. E as letras financeiras com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 5.825 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 100%.

Em 30 de junho de 2025, o total das captações com letras de crédito do agronegócio até 360 dias é de R\$ 97.633, e acima de 360 dias é de R\$ 45.860. E as captações com letras financeiras até 360 dias é de R\$ 58, e acima de 360 dias é de R\$ 5.767

d) Obrigações por empréstimos no exterior

		2025	
		Moeda	Reais
Empréstimo no Exterior:			
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	96.829	527.671
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	15.164	93.874
Total		-	621.545
Circulante		-	621.545

^(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. b, em Junho de 2025, com vencimentos de julho a dezembro de 2025 de R\$ 390.858.

14. Provisões

	Junho/2025	Curto	Longo
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	5.486	-	5.486
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	614	-	614
Provisão para despesas de pessoal	4.061	4.061	-
Fornecedores a pagar	524	524	-
Outras	435	435	
Total	11.120	5.020	6.100
Circulante	5.020	5.020	-
Não circulante	6.100	-	6.100

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

14. Provisões--Continuação

a) Composição da Carteira por classificação

	Curso		
	Normal	Provisão	
Responsabilidade por garantias financeiras prestadas	107.895	5.486	
Total	107.895	5.486	

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	Junho/2025
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.018
Impostos e contribuições a recolher	5.410
Sociais e Estatuarias	171
Total	9.599
Circulante	9.599

b) <u>Diversas</u>

	Junho/2025
Negociação e Intermediação de Valores	5.351
Resultado de Exercícios Futuros	2.297
Relações Interfinanceiras	38
Negociação e Intermediação de Valores	5.439
Outros	2
Total	13.127
Circulante	13.127

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

16. Provisão para risco e obrigações legais

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Banco é parte em processos administrativos de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011 classificado como possível em parte no montante de R\$ 3.223, e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$ 1.151, que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda está classificado como possível pelos advogados externos.

	Junho/2025			
Descrição	Provisão	Depósitos judiciais		
Contingências fiscais: Outros (i)	614	-		
Subtotal	614	•		
Contingências cíveis: Processos cíveis	-	838		
Subtotal	-	838		
Total	614	838		

⁽i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL de juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, e utilização da Base Negativa classificado como possível referente ao JCP, e provável referente a Base Negativa.

b) <u>A movimentação das provisões passivas para o semestre findo em 30 de junho de 2025 é a seguinte:</u>

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias Total		
Saldo em 31/12/2024 Constituição (nota nº 23.b)	596 18	596 18	
Saldo em 30/06/2025	614	614	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

16. Provisão para risco e obrigações legais--Continuação

c) <u>O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2025 é o seguinte:</u>

			Juni	าด/2025		
Perdas	• •			ncias cíveis e nbências	Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	614	614	-	-	-	-
Possíveis	3.760	-	838	-	800	-
Total	4.374	614	838	-	800	-
Quantidade	3		1		1	

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2025 Junho
Resultado antes da tributação sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%	(9.682) 4.357
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	434
Despesas com gratificações e benefícios	(24)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4 81)
Implante Saldo Res. Bacen 4966	892
Outros	47
Resultado do imposto de renda e da contribuição social do semestre	4.791

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 94.341 fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias--Continuação

	2025
Provisão para créditode Perdas	62.372
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	2.469
Provisão outros valores e bens imóveis	2.701
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	5.690
Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e	
empréstimo no exterior	2.647
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	478
Provisão para contingências fiscais	276
Outros	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	17.700
Total Crédito Tributário	94.341

c) Composição de obrigações diferidas

	2025
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	(390)
Marcação a Mercado de Futuros	(2.475)
Total de obrigações diferidas	(2.865)

b) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas Provisão outros valores e bens imóveis Provisão outros valores e bens imóveis Provisão outros valores e bens imóveis Provisão a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior Provisão a Mercado Títulos (VJORA) Provisão a Mercado Futuros Provisão a Mercado Futuros Provisão para contingências fiscais Provisão para contingências fiscais Provisão para contingências fiscais Provisão Prejuízo Fiscal Provisão Previsão Prejuízo Fiscal Provisão Previsão Previsão Previsão Provisão Prov	o em 30 inho de 2025
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas Provisão outros valores e bens imóveis 7.778 (5.077) Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior - 2.647 Marcação a Mercado Títulos (VJORA) 9.360 (3.670) Marcação a Mercado Futuros 1.197 (1.197) Gratificações e benefícios a empregados e diretores 2.355 (1.877) Provisão para contingências fiscais 268 8 Outros 8 - Base Negativa e Prejuízo Fiscal 15.031 2.669 1 Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	.372
Provisão outros valores e bens imóveis Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior Marcação a Mercado Títulos (VJORA) Marcação a Mercado Futuros Gratificações e benefícios a empregados e diretores Provisão para contingências fiscais Outros Base Negativa e Prejuízo Fiscal Total Crédito Tributário Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior 7.778 (5.077) 7.778 (5.077) 7.778 (5.077) 4.077 - 2.647 1.197 (1.197) (1.197) (2.688 8 - 268 8 - 3 - 4 - 4 - 4 - 5 - 5 - 6 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7	.469
Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior - 2.647 Marcação a Mercado Títulos (VJORA) 9.360 (3.670) Marcação a Mercado Futuros 1.197 (1.197) Gratificações e benefícios a empregados e diretores 2.355 (1.877) Provisão para contingências fiscais 268 8 Outros 8	.701
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)9.360(3.670)Marcação a Mercado Futuros1.197(1.197)Gratificações e benefícios a empregados e diretores2.355(1.877)Provisão para contingências fiscais2688Outros8-Base Negativa e Prejuízo Fiscal15.0312.6691Total Crédito Tributário95.121(780)9Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior(5.267)5.267	
Marcação a Mercado Futuros 1.197 (1.197) Gratificações e benefícios a empregados e diretores 2.355 (1.877) Provisão para contingências fiscais 268 8 Outros 8 - Base Negativa e Prejuízo Fiscal 15.031 2.669 1 Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	.647
Gratificações e benefícios a empregados e diretores 2.355 (1.877) Provisão para contingências fiscais 268 8 Outros 8 - Base Negativa e Prejuízo Fiscal 15.031 2.669 1 Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	.690
Provisão para contingências fiscais Outros Base Negativa e Prejuízo Fiscal Total Crédito Tributário Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior 268 8 - 15.031 2.669 1 95.121 (780) 9	-
Outros 8 - Base Negativa e Prejuízo Fiscal 15.031 2.669 1 Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	478
Base Negativa e Prejuízo Fiscal 15.031 2.669 1 Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	276
Total Crédito Tributário 95.121 (780) 9 Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	8
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	.700
Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior (5.267) 5.267	.341
·	
•	-
Marcação a Mercado Títulos (VJORA) (3.788) 3.398	(390)
Marcação a Mercado de Futuros - (2.475)	475)
Saldo de obrigações diferidas (9.055) 6.190 (.865)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

e) <u>Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas</u>

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários Obrigações diferidas	(21.891) 2.865	(18.832)	(41.076) -	(6.111)	(6.431)	(94.341) 2.865

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 84.404 e R\$ 2.493 respectivamente.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2025, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 323.728.

b) <u>Dividendos</u>

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. No exercício de 2024, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 2.500, (montante líquido de R\$ 1.073, após retenção na fonte de 15%, no valor de R\$ 825), que foram pagos em junho de 2025.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 30 de junho de 2025 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

19. Transações com partes relacionadas

a) <u>Transações com partes relacionadas</u>

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2025:

2025

	-	2025	
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	6.433	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(1)	-
Investimento - participação em coligadas e controladas			
CGD Investimentos, CVC	Controlada	25.454	1.070
Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7.099)	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(25.335)	(1.631)
Obrigações por empréstimo no exterior			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(420.916)	(9.850)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-
Outras obrigações - diversas			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

20. Limites operacionais - Índice de Basileia e limite de imobilização

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que é de 8,00% desde 2019:

a) <u>Índice da Basileia</u>

_	2025
Risco de crédito - PEPR	82.417
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	11.253
Risco Operacional - POPR	7.669
Patrimônio de referência exigido - PRE	101.339
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	280.153
Índice da Basiléia (*)	22,12%
Rban	1.924
Índice da Basiléia Amplo	21,70%

^(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2025, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 10%.

21. Receita de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2025, estão assim representadas:

	2025
	Junho
Rendas garantias prestadas	1.018
Comissões (a)	563
Tarifas	2
Total	1.583

⁽a) Comissões decorrente de serviços estruturação de operação financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

22. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2025 estão assim representadas:

	2025
	Junho
Processamento de dados	3.635
Aluguel Serviços técnicos especializados	617 1.235
Depreciação e amortização	282
Serviços do sistema financeiro	595
Viagens Publicações	245 35
Seguros	48
Manutenção e conservação de bens	164
Comunicação	174 1.297
Serviço de terceiros Transportes	18
Água, energia e gás	47
Outras	750
Total	9.142

23. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2025 estão assim representadas:

	2025
	Junho
Despesas de contribuição ao COFINS	1.360
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	79
Despesas de contribuição ao PIS	221
Outras	35
Total	1.695

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

24. Outras despesas operacionais, líquidas

a) Outras receitas operacionais

	2025
	Junho
Recuperação de encargos e despesas	1
Variação monetária ativa	11
Ajuste carta de remuneração	979
Juros venda BNDU a prazo	321
Total	1.312

2025

b) Outras despesas operacionais

	Junho
Provisão Fiscais	(18)
Multas e juros	(5)
Outras despesas	(20)
Total	(43)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.269)

25. Despesa de Pessoal

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 1.197 considerando salários e benefícios.

b) Benefícios a empregados

O Banco oferece o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que este contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto forem funcionários, sendo está a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o montante de contribuição é de R\$ 167 e foi registrado como despesa de pessoal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

25. Despesa de Pessoal--Continuação

c) Despesa de Pessoal

Em 30 de junho de 2025 estão assim representadas:

2025
Junho
6.925
2.313
2.855
12.093

26. Impactos da adoção Inicial da Resolução BCB nº 352/23

Ativo Financeiro em 31/12/2024		
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
(nota 9 f)	(1.980)	
Efeitos tributários	891	
Total dos impactos no ativo em 01/01/2025	(1.089)	
Datains Suits I (muide		
Patrimônio Líquido		
Prejuízo acumulado	(1.089)	
Total dos impactos no Patrimônio Líquido em 01/01/2025	(1.089)	

27. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	2025
Resultado não recorrente	Junho
Receitas de Aluguéis	15
Outros	8
Total	23

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

28. Informações complementares

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2025
	Junho
Fianças e garantias prestadas - pessoas jurídicas (nota 14 b)	107.895

b) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

29. Eventos subsequentes

Após 30 de junho de 2025 até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, não ocorreram outros eventos que necessitam de divulgação.

A Diretoria

Contadora Nayra Fernanda de S. Ribas CRC-1SP347146/O-3